

**Mem.04/CFAMGE/2023**

Em 9 de fevereiro de 2023.

**Ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Wanderley Ávila**

**Assunto:** Dívida Consolidada Líquida e Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos Independentes do Estado no 3º quadrimestre de 2022.

Senhor Conselheiro Relator,

Nos termos do inciso VIII do art. 35 da Resolução Delegada nº 01/2021 do TCEMG, compete a esta Coordenadoria aferir o cumprimento, pela Administração Estadual, dos limites e vedações impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como dar ciência, ao Relator das Contas de Governo, das conclusões técnicas quanto à necessidade de emissão dos alertas de que trata a LRF.

## **1. DIVERGÊNCIAS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

A Receita Corrente Líquida - RCL é calculada de acordo com as diretrizes contidas no art. 2º, IV, da LRF, bem como no § 16 do art. 166 e no § 1º do art. 166-A da Constituição Federal. Seguindo a legislação de regência, tem-se uma RCL que serve de base de cálculo para a despesa total com pessoal (na qual se deduzem as receitas decorrentes das emendas parlamentares impositivas federais individuais e de bancada), uma outra que serve de base para o endividamento (em que são deduzidos apenas os valores provenientes das emendas parlamentares impositivas federais individuais) e, finalmente, uma terceira, na qual não ocorrem quaisquer dessas deduções e que serve de base de cálculo para os demais limites (garantias, montante da reserva de contingência, contratação de parcerias público-privadas, precatórios, previsão e execução das emendas parlamentares, entre outros).

Baseada nesses dispositivos constitucionais e na LRF, a Cfamge analisou o Demonstrativo da RCL referente ao 3º quadrimestre de 2022, publicado pelo Poder Executivo Estadual, e detectou que o valor das deduções de emendas parlamentares individuais e de bancada estão dissonantes, apresentando uma divergência recorrente, já de conhecimento do Estado, visto que vem sendo apontada por esta Coordenadoria desde o exercício de 2020, conforme planilha a seguir.

Exercício de 2022

R\$

Especificação	Valor Apurado pela Cfamge ( A )	Valor Divulgado pelo Estado ( B )	Diferença ( C = A - B )
<b>Receita Corrente ( I )</b>	<b>132.003.488.283</b>	<b>132.003.488.283</b>	<b>-</b>
<b>( - ) Deduções ( II )</b>	<b>40.597.508.370</b>	<b>40.597.508.370</b>	<b>-</b>
<b>RCL ( III ) = ( I - II )</b>	<b>91.405.979.913</b>	<b>91.405.979.913</b>	<b>-</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	57.164.281	2.103.000	55.061.281
<b>RCL ajustada para cálculos dos limites de endividamento (V) = (III - IV)</b>	<b>91.348.815.632</b>	<b>91.403.876.913</b>	<b>(55.061.281)</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	85.096.594	-	85.096.594
<b>RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal (VII) = (V - VI)</b>	<b>91.263.719.038</b>	<b>91.403.876.913</b>	<b>(140.157.875)</b>

Fonte: Armazém de Informações - Siafi; Secretaria do Tesouro Nacional.

Esta Coordenadoria, ao cruzar as informações publicadas pelo Estado com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, identificou que a União efetivamente transferiu para o Estado de Minas Gerais R\$ 57.164.281 (cinquenta e sete milhões cento e sessenta e quatro mil duzentos e oitenta e um reais), referentes a emendas parlamentares impositivas individuais, e R\$ 85.096.594 (oitenta e cinco milhões noventa e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais) a título de emendas parlamentares de bancada.

Diante disso, para os fins do presente Memorando, adotar-se-á a RCL ajustada segundo a apuração feita pela Cfamge, sendo R\$ 91.348.815.632 (noventa e bilhões trezentos e quarenta e oito milhões oitocentos e quinze mil seiscentos e trinta e dois reais) para fins de endividamento e R\$ 91.263.719.038 (noventa e um bilhões duzentos e sessenta e três milhões setecentos e dezenove mil e trinta e oito reais) para cálculo da despesa total com pessoal.

## 2. APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo os valores da Despesa Total com Pessoal divulgados pelos Poderes e Órgãos nos seus respectivos Relatórios de Gestão Fiscal e os percentuais apurados pela Cfamge, considerando RCL ajustada, conforme acima apontado:

Exercício de 2022				R\$	
Poder/Órgão	Limite Máximo (%)	Limite Prudencial (%)	Limite de Alerta (%)	Despesas Realizadas /RCL (*)	
				Port. STN 924/21 c/c	
				INTCEMG 1/18	
				Valor	(%)
Executivo	49,0000	46,5500	44,1000	44.272.473.952	48,5105
Legislativo	3,0000	2,8500	2,7000	1.830.135.532	2,0053
Assembleia Legislativa	2,0000	1,9000	1,8000	1.213.445.803	1,3296
Tribunal de contas	1,0000	0,9500	0,0900	616.689.729	0,6757
Judiciário	6,0000	5,7000	5,4000	4.594.406.376	5,0342
Tribunal de Justiça	5,9100	5,6145	5,3190	4.536.972.487	4,9713
Tribunal de Justiça Militar	0,0900	0,0855	0,0810	57.433.889	0,0629
Ministério Público	2,0000	1,9000	1,8000	1.434.598.547	1,5719
<b>Consolidado</b>	<b>60,0000</b>	<b>57,0000</b>	<b>54,0000</b>	<b>52.131.614.407</b>	<b>57,1219</b>

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos independentes (3º Quadrimestre/2022).

(\*) RCL = R\$91.263.719.038 (valor ajustado).

Como se observa na tabela acima, os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual publicaram seus Demonstrativos da Despesa com Pessoal nos termos da Portaria STN nº 924/21, válida para o exercício financeiro de 2022, c/c a INTCEMG nº 1/18. A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo perfaz o montante de R\$ 44.272.473.952 (48,51% da RCL), **tendo sido apurada extrapolação dos limites prudencial (46,55%) e de alerta (44,10%) de, respectivamente, 1,96 e 4,41 pontos percentuais.**

É importante destacar que, em razão dessa apuração, são aplicáveis as restrições estabelecidas no art. 22 da LRF. Dessa forma, o Poder ou Órgão que exceder o limite prudencial – como é o caso do Poder Executivo – deve observar as vedações previstas nesse dispositivo legal, até o retorno ao referido limite. Pontua-se, contudo que, em atenção ao disposto no art. 9º da LC 194/22<sup>1</sup>, os agente públicos não poderão ser responsabilizados administrativa, civil, criminalmente ou nos termos da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, pelo descumprimento do disposto nos arts. 9º, 14, 23, 31 e 42 da LC 101/2000.

### 3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

<sup>1</sup> Art. 9º Exclusivamente no exercício financeiro de 2022, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil, criminalmente ou nos termos da [Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950](#), pelo descumprimento do disposto nos [arts. 9º, 14, 23, 31 e 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º A exclusão de responsabilização prevista no caput deste artigo também se aplica aos casos de descumprimento dos limites e das metas relacionados com os dispositivos nele enumerados.

§ 2º O previsto neste artigo será aplicável apenas se o descumprimento dos dispositivos referidos no caput deste artigo resultar exclusivamente da perda de arrecadação em decorrência do disposto nesta Lei Complementar.

O inciso III do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina a emissão de alerta, por parte dos Tribunais de Contas, aos Poderes ou Órgãos Independentes referidos no art. 20 da lei, quando for constatado que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia encontram-se acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites. Segundo o inciso I do art. 3º da Resolução 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida – DCL, no caso dos Estados, não poderá exceder duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida – RCL.

No 3º quadrimestre de 2022, a Dívida Consolidada Líquida – DCL do Estado atingiu o montante de R\$ 143.439.380.092 enquanto a RCL ajustada para o cálculo dos limites de endividamento totalizou R\$ 91.348.815.632 apresentando uma relação DCL/RCL de 157,02%. Portanto, o Estado não ultrapassou o limite de alerta (180% da RCL) previsto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

#### **4. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, com base na LRF, na Portaria nº 924/21 da STN e na Instrução Normativa nº 01/18 deste Tribunal, a Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado de Minas Gerais conclui que, no 3º quadrimestre de 2022, o Poder Executivo ultrapassou os limites prudencial e de alerta no que tange à Despesa Total com Pessoal, tendo seus gastos atingido 48,51% da RCL.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida, o percentual verificado, 157,02% da RCL, não ultrapassou o limite de alerta disposto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

Esta Coordenadoria entende ser possível a emissão de alerta, em atenção ao determinado no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF.

Respeitosamente,

**Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna**  
Coordenadora da Cfamge

**Paulo Henrique Bese Lobato**  
Diretor da Diretoria de Controle Externo do Estado